

Formação do Estado

1. “Tanto em Estados fortes e hegemônicos como em movimentos pela independência, afirmações como ‘nós sempre fomos um povo’ são, no fundo, apelos que se tornem povos – apelos sem base histórica que na verdade são tentativas de criar a história. O passado, como sempre foi dito, é um país estrangeiro, e nunca nos encontraremos por lá”

(In: GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*.
São Paulo: Conrad, 2005, p. 51).

A partir dessa afirmação, marque a alternativa que melhor representa a formação dos Estados nacionais modernos.

- a) As nações sempre existiram, as coisas não mudam. Sendo assim, sempre existiram brasileiros, argentinos, bolivianos, paraguaios, entre outros
- b) As nações modernas são comunidades imaginadas, pois são, entre outros fatores, a homogeneização de uma série de “passados” que acabam sendo esquecidos em prol da uniformização.
- c) O passado é sempre o mesmo, não existe perspectiva de mudança. Por isso, as nações sempre existiram.
- d) Imaginar a nação no passado é juntar todas as memórias sobre um povo.
- e) A nação histórica nada mais é do que a representação da vontade divina.

2. A respeito do Estado moderno, o pensador político inglês, John Locke (1632 - 1704) escreveu: “Considero poder político o direito de fazer leis para regular e preservar a propriedade.”

(Citado por Kazumi MUNAKATA, *A legislação trabalhista no Brasil*, 1984)

- a) Explique a função do Estado segundo a tese de Locke.
- b) Como, a partir dessa tese, se explica a relação do Estado moderno com a acumulação da capital?

3. Em 1726, o comerciante Francisco da Cruz contou, em uma carta, que estava para fazer uma viagem à Vila de Pitangui, onde os paulistas tinham acabado de se revoltar contra a ordem do rei. Temeroso de enfrentar os perigos que cercavam a jornada, escreveu ao grande comerciante português de quem era apenas um representante em Minas Gerais, chamado Francisco Pinheiro, e que, devido a sua importância e riqueza, frequentava, no Reino, a corte do rei Dom João V. Pedia, nessa carta, que, por Francisco Pinheiro estar mais junto aos céus, servisse de seu intermediário e lhe fizesse o favor de “me encomendar a Deus e à sua Mãe Santíssima, para que me livrem destes perigos e de outros semelhantes”. Carta 161, Março 29, f. 194. Apud LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília/São Paulo: Ministério da Fazenda/Visão Editorial, 1973. Resumo adaptado Com base nas informações desse texto, é possível concluir-se que a iniciativa de Francisco da Cruz revela um conjunto de atitudes típicas da época moderna.

É correto afirmar que essas atitudes podem ser explicitadas a partir da teoria estabelecida por:

- a) Nicolau Maquiavel, que acreditava que, para se alcançar a unidade na política de uma nação, todos os fins justificam os meios;
- b) Etienne de La Boétie, que sustentava que os homens se submetiam voluntariamente a seus soberanos a partir da aceitação do contrato social;
- c) Thomas Morus, que idealizou uma sociedade utópica, sem propriedades ou desigualdades, em que os governantes eram escolhidos democraticamente;
- d) Jacques Bossuet, que defendia o direito divino dos reis apoiado numa visão hierárquica dos homens e da política, como extensão da corte celestial.

4. Leia o trecho de BANDEIRA, Manuel. Vou-me embora pra Pasárgada. In: Vou-me embora pra Pasárgada e outros poemas. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997

Vou-me embora pra Pasárgada

Lá sou amigo do rei

Lá tenho a mulher que eu quero

Na cama que escolherei

Vou-me embora pra Pasárgada

O reino imaginário de Pasárgada e os privilégios dos amigos do rei podem ser comparados à situação da nobreza européia com a formação das Monarquias Nacionais Modernas. A razão fundamental do apoio que esta nobreza forneceu ao rei, no intuito de manter-se "amiga" do mesmo, conservando inúmeras regalias, pode ser explicada pela(o):

- a) composição de um corpo burocrático que absorve a nobreza, tornando esse segmento autônomo em relação às atividades agrícolas que são assumidas pelo capital mercantil;
- b) subordinação dos negócios da burguesia emergente aos interesses da nobreza fundiária, obstaculizando o desenvolvimento das atividades comerciais;
- c) manutenção de forças militares locais que atuaram como verdadeiras milícias aristocráticas na repressão aos levantes camponeses;
- d) repressão que as monarquias empreenderiam às revoltas camponesas, restabelecendo a ordem no meio rural em proveito da aristocracia agrária;
- e) completo restabelecimento das relações feudo-vassálicas, freando temporariamente o processo de assalariamento da mão-de-obra e de entrada do capital mercantil no campo.